



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
GABINETE DO DEPUTADO TARCÍSIO MOTTA – PSOL/RJ

**COMISSÃO DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**  
**PL Nº 2.614/2024**

**EMENDA Nº \_\_\_\_ / 2025**

*Emenda Modificativa ao PNE, referente  
à Estratégia 18.11 do Objetivo 1 do  
Anexo ao Projeto de Lei.*

Art. 1º Modifique-se a Estratégia 18.11 do Objetivo 18 do Anexo do Projeto de Lei, que passa a ter a seguinte redação:

“Estratégia 18.11. Aperfeiçoar os instrumentos de planejamento, gestão, monitoramento e avaliação das políticas públicas de investimento em infraestrutura educacional implementando, dentre outras, as seguintes ações: a) criar condições para que as secretarias municipais, distrital e estaduais de educação possam operacionalizar, por meio de unidades orçamentárias especiais, o que estabelece o art. 69, § 5º da LDB; b) dotar a gestão das instituições educativas públicas e das secretarias de educação dos estados, do DF e dos municípios com condições tecnológicas para desenvolver suas atividades; c) manter programa nacional de formação inicial e continuada para o pessoal técnico das secretarias de educação; d) promover o acesso de toda a comunidade local e escolar aos dados orçamentários e a transparência na utilização dos recursos públicos da educação.”

**JUSTIFICATIVA**

Câmara dos Deputados | Anexo IV – Gabinete 413 | CEP 70160-900 Brasília-DF  
E-mail [dep.tarcisiomotta@camara.leg.br](mailto:dep.tarcisiomotta@camara.leg.br)

Tel (61) 3215-5413



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256661739900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Tarcísio Motta

Apresentação: 15/05/2025 09:38:07.703 - PL261424  
EMC 804/2025 PL261424 => PL 2614/2024  
**EMC n.804/2025**





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**GABINETE DO DEPUTADO TARCÍSIO MOTTA – PSOL/RJ**

Um problema recorrente no Brasil é que, muitas vezes, ao arrepio da legislação, o controle dos recursos educacionais não está nas mãos do responsável pela Educação, seja nos governos estaduais e distrital, seja nos municípios. Enquanto os órgãos da educação não se constituírem enquanto uma unidade orçamentária o problema persistirá. Além disso é fundamental garantir a formação adequada para o respectivo pessoal técnico assim como para o pessoal que dá suporte aos Conselho de Educação e aos CACS do Fundeb.

A proposta desta emenda é a de estabelecer ações concretas a serem realizadas para que seja possível aperfeiçoar os instrumentos de planejamento, gestão, monitoramento e avaliação das políticas públicas de investimento em infraestrutura educacional, como estabelece a estratégia 18.11 do PL 2614/2024.

Sala da Comissão, \_\_\_\_\_ de maio de 2025

Deputado Tarcísio Motta  
PSOL - RJ

